

Perfil da dívida explica aumento

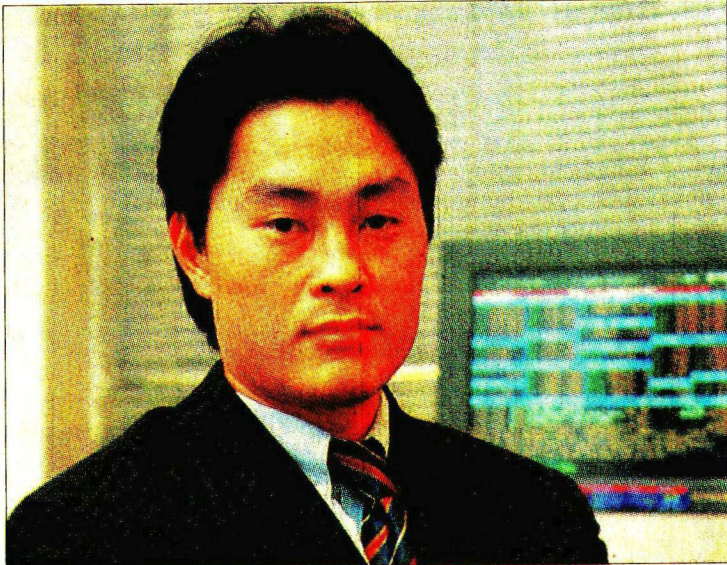
Marie Hippenmeyer/AE - 19/7/2001

Economista lembra que 52,4% dos títulos são atrelados à taxa básica e 27,2% ao dólar

O diretor do Departamento de Economia da PUC-Rio, Márcio Garcia, lembra que a composição da dívida mobiliária (os títulos do governo negociados no mercado) é uma das principais causas do aumento da dívida pública. O fato de 52,4% dele serem atrelados à variação da taxa básica de juro, a Selic, e 27,2% ao câmbio explica boa parte da elevação do déficit nominal (receitas menos despesas, incluindo gastos com pagamento de juros) de 4,5%, no fim de 2000, para 6,21% no acumulado dos 12 meses encerrados em julho.

Para Garcia, uma das maneiras de se evitar esse problema seria aumentar a participação de títulos atrelados a índices de preços, hoje em torno de 7% do total. Uma das principais vantagens é que, em caso de alta de juros, o custo não recai sobre a dívida pública, como no caso dos papéis corrigidos pela Selic.

Além da relação dívida/PIB, os investidores estrangeiros também dão bastante atenção ao déficit nominal, por mostrar o estrago do pagamento dos juros. O superávit primário, embora dê a medida do esforço fiscal do governo, não tem o mesmo "prestígio" entre os analistas. Para Garcia, um nível confortável para o déficit nominal seria 3% do PIB, o mesmo que foi definido pelo Tratado de Maastricht



Akira, do BBV Banco, acha imprescindível a reforma tributária

para a adesão ao euro. Fábio Akira, do BBV, por sua vez, acredita que estabilizá-lo em 4% do PIB já seria positivo.

Garcia aponta outro problema na condução das contas públicas: mesmo com os superávits primários expressivos obtidos desde 99, esse esforço fiscal não é visto como permanente pelos investidores, pois é baseado principalmente no aumento de impostos, que distorcem a eficiência da economia: a Contribuição Provisória sobre Movimentação

Financeira (CPMF), o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). A taxa dos servidores inativos, fundamental para melhorar a situação da Previdência, enfrenta muita resistência no Congresso, afirma ele.

Akira acha importante as re-

formas previdenciária do setor público e a tributária. "Essas reformas são o grande desafio daqui para a frente." Segundo ele, houve mudanças importantes nos últimos anos, como a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e a renegociação da dívida de Estados e municípios. "Sem os superávits primários expressivos dos últimos três anos, o câmbio estaria mais pressionado e os juros num nível mais alto."

Como Akira, o especialista em contas públicas Raul Velloso entende que, para não afetar a situação fiscal de 2002, o governo tem de conseguir aprovar receitas pendentes e evitar a criação de despesas. É preciso, por exemplo, obter a prorrogação da CPMF e do novo imposto dos combustíveis que vai substituir a Parcela de Preço Específico (PPE). "É necessário que não haja a correção da tabela do IR, evitar reajustes expressivos dos servidores públicos e impedir loucuras em relação ao salário mínimo." (S.M.)

'E PRECISO
NÃO HAVER
CORREÇÃO
DO IR'